

# 'Centrão' não aceita pedido de Sarney para mudar tributação

Teresa Cardoso

BRASÍLIA — Com elegância, mas firmeza, o grupo *Centrão* deixou claro para o presidente da República que não patrocinará nenhuma emenda ao projeto de Constituição alterando a parte do sistema tributário. Pela voz dos deputados Gastone Righi (PTB-SP) e José Lins (PFL-CE), o grupo disse ao presidente, na noite de anteontem, no Palácio da Alvorada, que foram evitadas emendas sobre esse assunto exatamente porque ele não é considerado controvertido pelo *Centrão*. Sarney disse então que vai encomendar a elaboração de um projeto à sua assessoria e que procurará um parlamentar para apresentá-lo.

Segundo o ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, o presidente Sarney chamou sete coordenadores do *Centrão* para tomar um cafezinho no Alvorada, quando explicou os riscos de a União quebrar, caso sejam mantidos os percentuais de distribuição da receita tributária previstos no projeto de Constituição. Quem fez os convites foi o deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, e, quando o grupo chegou ao Palácio, Sarney disse que tinha um interesse geral nas diversas emendas que o *Centrão* estava preparando. Mas logo ele concentrou o assunto na questão tributária.

O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) foi logo dizendo que os que

estavam ali presentes não tinham condições de decidir nada em nome do *Centrão*, mas o deputado José Lins foi mais longe: frisou que o *Centrão* não tinha emendas sobre a questão tributária porque não considerava esse um tema controvertido. "E nós estamos elaborando emendas apenas sobre as áreas divergentes", acrescentou ele. Segundo o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), também presente à reunião, o presidente Sarney demonstrou que as inúmeras transferências de recursos para os estados e municípios preconizadas pelo projeto de Constituição deixam a União com menos de 19% da arrecadação tributária.

Na verdade, segundo o mesmo deputado, a previsão é de que a União fique com 35% dessa receita, os estados com 46% e os municípios com 19%. Acontece que, além dos 28% que o projeto tira da União para vincular a investimentos em Educação, há também outros percentuais vinculados a serviços. "O projeto transfere recursos para os estados e municípios, mas não a competência e os serviços que deviam acompanhá-los", argumentou ainda o presidente, pedindo ao grupo: "estudem isso muito bem porque, como está, o projeto pode inviabilizar o governo da União".

O único parlamentar que concordou imediatamente com a posição do presidente foi Roberto Cardoso Alves, com uma frase própria do seu estilo: "isso realmente não tem sentido, é uma loucu-

ra". Ele sustentou a idéia de que a futura Constituição altere os percentuais para reduzir ao menos as transferências previstas para os estados. Sarney concordou imediatamente: "também entendo que não se deve prejudicar os municípios". Regada unicamente a água e cafezinho, a reunião durou meia hora e terminou com o presidente Sarney anunciando sua disposição de pedir a algum parlamentar que apresente uma emenda sua alterando esse texto.

O malogro do presidente na adesão do *Centrão* à sua idéia de modificar a parte do projeto de Constituição sobre o sistema tributário pode ter entre suas explicações o fato de serem nordestinos quatro dos que foram ao Alvorada. Ricardo Fiúza, José Lins, Paes Landim e Carlos Sant'Anna são do grupo que fez acordo para manter esse texto intocável, posição adotada também pelos deputados José Serra (PMDB-SP) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), que se comprometeram com a bancada nordestina em fortalecer a Federação na distribuição da receita tributária.

Pelo texto do projeto de Constituição, essa nova distribuição de recursos vai resultar numa transferência de 72% da receita da União para os estados e municípios nordestinos. Mas ontem o próprio deputado José Serra já admitiu que "os argumentos do presidente são válidos". Acontece que, para mudar de posição, ele diz que o presidente Sarney precisa apresentar uma proposta concreta e convincente.

## Campos não tem apoio para desestatizar

Arquivo — 18/8/87

O senador Roberto Campos (PDS-MT) entregou, às 15h30min, ao *Centrão*, uma proposta alternativa à emenda substitutiva que o grupo apresentará ao capítulo sobre Ordem Econômica do projeto Cabral. Campos havia proposto ao *Centrão* que, em seu projeto, desestatizasse e abrisse a economia brasileira ao capital estrangeiro ainda mais do que o pretendido. A maioria não aceitou, considerando radicais as propostas do senador, e sugeriu a Roberto Campos que preparasse sua própria emenda substitutiva.

Ficou combinado que a emenda que conseguisse mais assinaturas seria a escolhida para integrar o projeto global. Mas na avaliação de dois coordenadores do *Centrão* — um dos quais até concorda pessoalmente com Campos — o senador não conseguira reunir apoios suficientes e deverá prevalecer a emenda da maioria, que ontem ainda estava sendo alterada.

Pela proposta do senador fica definido que "à iniciativa privada compete organizar e desenvolver a atividade econômica". O texto do *Centrão*, conforme estava redigido até ontem, diz apenas que "é assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos na lei".

Campos mantém a definição de empresa brasileira dada pelo *Centrão* —



Campos quer adiar votação

"aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no país sua sede e administração" — mas não define o que é empresa de capital nacional (o *Centrão* propõe que a maioria do capital esteja em mãos de pessoas residentes no país). Mas Roberto Campos, retira o inciso que dá a

empresa brasileira incentivos fiscais e créditos diferenciados e proteção especial do Estado às suas atividades.

Enquanto pela emenda do *Centrão* o Estado deverá dar tratamento especial à aquisição de bens e serviços produzidos no país, Campos quer que esse tratamento seja feito "em igualdade de condições" com as empresas estrangeiras.

O senador Roberto Campos foi um dos que, na reunião que o *Centrão* fez na terça-feira antes da votação do regimento interno, defendeu que a votação deveria ser adiada até que o capítulo sobre a Ordem Econômica estivesse concluído.

O risco de o *Centrão* ganhar uma imagem associada ao governo, fortalecida com a ida, há dois dias, de um grupo de sete parlamentares ao Palácio da Alvorada, foi ampliada com a notícia do Jornal de Brasília de que Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP) conseguiram a nomeação de um diretor da Caixa Econômica Federal. O deputado Amaral Neto (PDS-RJ) telefonou para Cardoso Alves, alertando-o para as repercussões da notícia. O parlamentar paulista disse que não aceitava censuras e, mais tarde, desmentiu que tivesse feito a indicação, mas admitiu a hipótese: "Vou deixar de indicar um diretor da Caixa, só por que sou do *Centrão*?"

## Crítica repelida precipitou votação

Uma discussão entre o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) e o tributarista Ives Gandra, durante a reunião que houve terça-feira à tarde no gabinete do líder do PFL, deputado José Lourenço, acabou obrigando o *Centrão* a votar o novo regimento da Constituinte.

Levado à reunião pelo deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), Gandra fez críticas à redação das emendas substitutivas aos capítulos sobre Sistema Tributário e Ordem Econômica. Aconselhou o *Centrão* a não votar o regimento antes de alterar a proposta, que considerou "ruim".

— Ruim, onde? — reagiu Daso. — Em vários pontos, principalmente na parte econômica e como a economia é tudo, está tudo ruim — respondeu Gandra.

Daso ficou furioso e, aos gritos, disse que não admitia que "gente de fora" criticasse o trabalho dos constituintes. Gandra endureceu e atacou:

— Os senhores estão sendo pagos para fazer uma boa Constituição e eu vim aqui de graça para ajudar.

— De graça coisa nenhuma, o senhor está aqui atendendo a interesses de seus clientes — rebateu Daso, insinuando

que Gandra fazia lobby de empresários paulistas.

O bate-boca continuou até que Daso, figura indispensável ao *Centrão* — é o responsável pela mobilização dos parlamentares — ameaçou abandonar o grupo e deixar "tudo nas mãos do doutor aí. Ele que vá ao plenário e diga aos deputados que não haverá votação e na semana que vem trate de convocar todos de volta".

Jose Lourenço e o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) interferiram em defesa de Daso e acabaram convencendo a todos que o *Centrão* sairia desgastado, se fosse responsável pelo atraso na votação do regimento.